

A intervenção do Estado na produção de livros didáticos de História do Brasil: O Projeto História Nova do Brasil (1963-1965).

*VANESSA CLEMENTE

“Parece inacreditável que, há menos de vinte anos, um grupo de professores tenha sido objeto de campanha tão virulenta e de violências tão desvairadas, por terem cometido o crime de escrever textos de História do Brasil e de ensinar esta disciplina, no nível de pós-graduação, além de levá-la aos sindicatos e às organizações estudantis...”

(SODRÉ, 1986: 10)

Este é um trecho retirado do livro História da História Nova, do autor Néelson Werneck Sodré, referindo-se aos acontecimentos dos anos de ditadura militar em que uma onda de atos violentos começou a se disseminar contra a cultura brasileira. Um caso muito particular foi o do projeto História Nova do Brasil, pensado no seio acadêmico da Universidade Nacional de Filosofia do Brasil (FNFil) em especial pelos alunos responsáveis pela edição do Boletim de História, envolvendo diretamente as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹, e concretizado como publicação pelo órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC): a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) que tinha como diretor Roberto Pontual, que em 1963 fora estagiário do ISEB.

Na tentativa de entender tamanha represália em torno de um projeto de livros didáticos destinados ao então ensino secundário das escolas públicas buscaremos compreender o contexto histórico em que ele foi pensado e efetivado, perfazendo alguns apontamentos dos reais motivos para a perseguição de tal projeto por parte do Estado.

Em 1956, no governo Café Filho, começou a funcionar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, com seus cursos ministrados no auditório do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Néelson Werneck Sodré pertenceu ao ISEB desde a sua origem, um instituto marcado pela heterogeneidade de seus componentes, em que tinha como figura central Hélio Jaguaribe que por si só era contraditória uma vez que dividia

*Universidade federal de Goiás, Mestranda, Bolsista CAPES.

¹ Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) fundado no governo Café Filho, em 1956, tendo seus cursos ministrados inicialmente no prédio do Ministério da Educação e Cultura.

o seu tempo entre a atividade empresarial e a atividade cultural (Sodré, 1986:18). Porém era preciso que alguém exercesse a liderança, dirigindo o instituto, e que não estivesse dividido em suas atividades como Hélio Jaguaribe, este papel ficou então relegado a Roland Corbisier. A posição de Sodré inicialmente ficara em segundo plano, uma vez que o Departamento de História fora confiado a Cândido Mendes.

Na década de 1950, o ideal de construção da nação deu vida a propagandas como a do “petróleo é nosso” e neste âmbito de formulação de uma ideologia do desenvolvimento do país os posicionamentos políticos dividiram-se e tal cisão inevitavelmente se refletira dentro do instituto, como podemos perceber neste trecho do livro *A verdade sobre o ISEB*, de Néelson Werneck Sodré: “... de um lado ficaram os partidários do desenvolvimento associado ao imperialismo e deste dependente; de outro lado, os partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas.”

O que podemos perceber é que o que a política brasileira vivenciava refletia-se no campo ideológico dos intelectuais que compunham a grade do instituto. A campanha pela destruição do ISEB foi aos poucos tomando forma e este cada vez mais se mostrava como um obstáculo na campanha que era contra a manutenção do regime democrático brasileiro. Para destruí-lo não se faziam necessários apenas os meios de comunicação em massa, era preciso deflagrar a crise interna que o instituto vivia, ou seja, aquilo que o próprio Sodré reconhece como uma crise não só ideológica mas também de disputas por prestígio por parte dos intelectuais.

Em julho de 1958, Néelson Werneck Sodré foi designado a substituir Roland Corbisier, que teve que ausentar-se para participar de uma delegação brasileira para uma conferência diplomática na Europa. Neste mesmo ano, antes de ir viajar, Roland Corbisier havia dado uma entrevista ao jornal *o Diário de Notícias* mencionando o fato de estarem as vésperas de lançarem o livro *O nacionalismo na atualidade Brasileira* do professor Hélio Jaguaribe. Um mês após esta reportagem, Sodré já estava dirigindo o ISEB quando recebe um ofício da UNE onde o presidente da entidade máxima dos estudantes brasileiros solicitava esclarecimentos acerca da publicação do livro *O nacionalismo na atualidade Brasileira* de Hélio Jaguaribe, que estava sendo apontado pela opinião pública como o “livro dos trustes estrangeiros” e “precisava a UNE de

esclarecimentos, pois esta entidade permanecia em estado de vigilância acerca da defesa do monopólio estatal do petróleo” (Sodré, 1986:28).

O que era insólito era este tipo de questionamento uma vez que o livro ainda não havia sido colocado no mercado, então como poderia ter sido vítima da opinião pública? Ficava claro que a denuncia partira de alguém de dentro do instituto, e Guerreiro Ramos fora na realidade o autor de tal perspicácia, que após anos de amizade e admiração por Hélio Jaguaribe voltara-se violentamente contra ele.

A campanha contra o ISEB tornou-se exemplo de uma luta ideológica desenvolvida no campo da cultura, era preciso destruí-lo para possibilitar a destruição do regime democrático no país. O grupo Itatiaia era considerado sabotador dos interesses nacionais, como se pode perceber neste trecho do livro *História da História Nova* de Néelson Werneck Sodré:

Éramos acusados de propagar e defender doutrinas inteiramente opostas ao pensamento e as inclinações históricas do povo brasileiro, de veicular idéias marxistas, ateístas e totalitárias, que buscavam entravar o nosso desenvolvimento econômico e o progresso liberal do nosso país.
(Sodré, 1986:41)

Paralelo a esse quadro, que fora mencionado acima, o projeto HNDB² foi pensado e formulado, tornando-se alvo de perseguição sendo considerado material de subversão. Havia neste período uma inquietação por parte dos intelectuais e estudantes brasileiros (neste aspecto destaca-se o movimento estudantil dentro da FNFi, onde alunos produziam o Boletim de História)³ acerca do ensino de História em nosso país, era preciso mudar a forma de ensinar história e as monografias intituladas como: História Nova do Brasil faziam parte de um projeto que visava à renovação e ampliação das perspectivas dentro do estudo de História no nível médio, uma vez que até então esse

² Entende-se por HNDB: História Nova do Brasil.

³ O Boletim de História foi uma publicação do Centro de Estudos da FNFi da UB, sendo editados um total de sete números pelos alunos do curso de História, nos períodos entre 1958 – 1963. Trata-se de um extraordinário documento de lutas pela reformulação do ensino de História do Brasil.

tipo de estudo não passava de “mero arrolamento de dados”, segundo Nelson Werneck Sodré.

A coleção HNdB previa inicialmente uma edição de dez volumes dos quais apenas cinco foram publicados⁴, foi um exemplo de obra escrita realmente em conjunto por Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Ruben Cesar Fernandes e Néelson Werneck Sodré, todos eram vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), alguns faziam parte do Boletim de História da FNF (Lourenço, 2008:386).

Publicada a sua primeira edição pelo MEC por meio da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), os livros tiveram sua edição suspensa assim que instaurou o regime militar, no ano seguinte a editora Brasiliense (Caio Prado Jr era dono) republicaria com uma proposta de seis volumes reagrupados que seria disposto dessa forma, de acordo com o que vem descrito no próprio prefácio do livro:

“A história Nova do Brasil compreenderá. Na edição de seis volumes: no primeiro são apreciadas a Descoberta do Brasil, a Expansão Territorial, as Invasões Holandesas e a Sociedade do Açúcar; no segundo, a Mineração, a Independência de 1822 e a Crise da Regência, no terceiro, o Império; no quarto, a Abolição, o Advento da República e o Florianismo; no quinto, a República Oligárquica; e no sexto, a Revolução Brasileira.”
(AUTORES, 1964:4)

Porém só foram publicados os volumes de número um e quatro, pois dois meses após o seu lançamento os exemplares foram cassados e os números posteriores jamais foram publicados. O projeto além de ter sido formulado junto ao ISEB fora pensado no seio do movimento estudantil da Faculdade Nacional de Filosofia do Brasil, ambiente que proporcionou as inquietações que as reformas do projeto impunham (Costa Pinto, 2005:345). Havia um anseio por parte dos estudantes de história por uma mudança no

⁴ A primeira edição da coleção História Nova, previa dez títulos (qual fora publicado apenas cinco), porém o golpe militar trouxe a instauração dos Inquéritos Policiais- Militares (IPMs) tornando alvo todos os autores do projeto, ocasionando a depredação e fechamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, além do desaparecimento das obras ainda em confecção. Assim que deixou a cadeia Werneck Sodré procurou a editora Brasiliense para publicar uma nova edição da obra reagrupada em seis volumes, dos quais apenas dois, os de número um e quatro, foram lançados. E novamente a perseguição ocorreu.

ensino da disciplina, que por muito tempo estava preso a perspectiva tradicional, positivista e factual de mero arrolamento de dados.

“A situação desse ensino era lastimável, reconhecidamente: nele, a História não passava de mero arrolamento de dados, de mistura com algumas anedotas, desprovida a matéria de qualquer interesse”
(SODRÉ, 1986:121)

Posteriormente os autores deixavam claras suas intenções de como deveria ser reformulado o ensino da disciplina, como é relatado na introdução geral do volume um, do livro *História Nova do Brasil* lançado pela editora brasiliense:

“(1) Alargando o campo de estudo da nossa História.
a) verticalmente: fazendo ingressar nele a sociedade, a economia e a cultura. Na maioria dos livros só cabem as grandes figuras; é preciso fazer aparecer o nosso povo.
b) horizontalmente: fazendo ingressar nele os fatores condicionantes, as vezes determinantes, de ordem mundial. Para nós, não é possível explicar a História do Brasil sem inseri-la no quadro da História Moderna e Contemporânea, o Brasil desde o seu aparecimento até hoje esta ligado aos interesses mundiais
(2) Estendendo a compreensão da História até o presente.
Em nossa opinião, a História não é uma diversão; sua função social está justamente no fato de que lhe cabe explicar o presente...”
(AUTORES, 1965: XIII)

Tratou-se, portanto de uma obra coletiva onde se discutiam o conteúdo a ser tratado em cada volume, era estabelecido um roteiro com os pontos e tópicos aos quais deveriam ser dedicada mais atenção, uma cronologia e uma bibliografia. Um relator escolhido fazia um texto provisório que posteriormente ia sendo modificado aos poucos pelos autores em conjunto e de fato foram escritas em conjunto, pois há quem ressalte que Sodré era o líder e mentor do grupo, o próprio Sodré se posiciona a este respeito mencionando que algumas vezes suas opiniões foram negadas e descartadas no decorrer da formulação obra.

As edições que foram publicadas tiveram grande aceitação do público que no estado de São Paulo pagava dez mil cruzeiros para obter cada volume da obra e faziam filas de leitura quando esta não se encontrava a disposição para aquisição, enquadravam-se neste aspecto os professores, sindicatos, grêmios estudantis, pois a proposta não se restringia apenas a textos escritos, mas também a palestras e cursos.

Reconhecer que o ensino precisava sofrer alterações implicava em uma reforma educacional, e as monografias do projeto inseriam-se nesse contexto de luta por reformas de base no país. Os autores evidenciam essa proposta em cada prefácio da coleção, quando propõem uma reformulação no ensino de História que vinha sendo feito nas escolas do país, assim na introdução geral (à primeira edição) eles escrevem:

“As modificações que ocorrem na sociedade brasileira não podem deixar de refletir-se no campo educacional. São estas mudanças que impõem, hoje, ao MEC atuar no sentido de reformas da educação brasileira. Estas monografias inserem-se, portanto, no contexto das reformas por que luta o País”

(AUTORES, 1965: XIII)

E continuava...

“Os livros didáticos de História são comprovadamente inadequados, pois neles o passado nada tem a ver com o presente, o Brasil pouquíssimas vezes têm a ver com o mundo, o enfoque meramente político impede o arrolamento de camadas e ações decisivas de nosso povo”

(AUTORES, 1965: XIII)

Podemos perceber neste trecho que era preciso fazer o povo aparecer, pois somente a ele cabia o papel de desempenhar o nacionalismo e promover o desenvolvimento que o país precisava para deixar a sua condição de subalternidade, e superar assim as barreiras do imperialismo. Segundo os autores da obra era preciso que o povo conhecesse o processo histórico brasileiro, para que este servisse como “elemento propulsor do engajamento na modificação da realidade” (Lourenço, 2008:393), e a forma em que o ensino vinha sendo transmitido não permitia ao povo o desempenho do seu papel dentro da sociedade.

O que se deve questionar é que o projeto mexia exatamente nas reformas tão veiculadas e propostas por João Goulart, mas que este não conseguira efetivar de fato, a

reforma de base no âmbito educacional, por isto este projeto causara tanta inquietação e reboliço no meio político. Esta dimensão política foi captada pelos setores conservadores da sociedade brasileira, e o que lhes incomodava era a possibilidade de um exemplo de reforma de base reivindicada pelos setores populares viesse a dar certo e se concretizasse, abrindo caminho para outras propostas futuras (Mendonça, 2008:341). Era preciso destruir o exemplo político dessa realização, era preciso destruir o projeto HNdB.

“O cenário de vandalismo foi completo: rasgaram livros e quadros, estriparam poltronas, quebraram mesas e cadeiras... No departamento de História, o que não foi destruído foi carregado, inclusive textos das monografias da História Nova em elaboração”
(SODRÉ, 1986:122)

Iniciou-se então o período de perseguição, o ISEB foi invadido e depredado, fora instaurado o Inquérito Policial Militar que chegou a atingir os números expressivos de 30 volumes de mil páginas cada um. Assim a atividade intelectual passou a ser definida pelos inquéritos, que se igualavam ao poder legislativo, executivo e judiciário.

Os livros foram apreendidos, destruídos, proibidos de serem vendidos e alguns queimados em praças públicas. Alguns dos autores do projeto foram presos, outros exilados, seqüestrados, humilhados, perderam o seu emprego e o direito de exercer sua profissão, podemos perceber um pouco do clima que vivenciava a época a partir deste trecho publicado no *Correio da Manhã* de 27 de junho, nas denúncias daquilo que Pedro Alcântara Figueira havia vivenciado:

“Quando fui preso... ao responder o IPM do ISEB e posteriormente do comunismo... Antes de falar, recebi do major Bonecker um tapa e o aviso de que estava ali para dizer o que ele queria, pois este inquérito é de homem. Durante o interrogatório fui ameaçado de ser mandado para a Ilha Grande, de não poder dormir, de receber ordem unida de madrugada, de ser recolhido no xadrez da PM, onde seria violentado. Minha mulher foi ameaçada de ser demitida do emprego (estadual) por ser minha esposa...”
(Sodré, 1986:135)

Neste trecho fica claro que os autores do projeto muitas vezes foram impelidos a dizerem e assinarem aquilo que o Estado esperava deles. O fato foi que a direita utilizou-se violência, repressão e aparatos institucionais como: jornais (*O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*), rádio e televisão para combater tudo aquilo que considerava como material de “subversão” e que conseqüentemente ia contra os seus ideais. E Dentro desse espectro o problema educacional não deveria ser tratado isoladamente da realidade social e política do país, uma vez que se relacionava diretamente com a questão das reformas de base, que causara divergências entre os grupos de esquerda e nacionalistas com os grupos direitistas nacionais que se opunham as reformas, pois estas iriam atender as necessidades dos setores populares.

O que é fundamental é que compreendamos que o projeto HNdB, buscava resoluções para a sua época, e ele só foi possível a partir do espírito engajado do movimento estudantil da Faculdade Nacional de Filosofia do Brasil (FNFi) envolvido nas perspectivas de uma reformulação do ensino de História, e dos laços institucionais estabelecidos entre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Casa órgão pertencente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sendo assim trata-se de um projeto fundamental, como exemplo de um espírito de luta e de engajamento político, para aqueles que estudam História e preocupam-se com a transformação do ensino desta ciência nas escolas uma vez que:

“... o livro escolar pode ser compreendido como “lugar de memória”, onde os acontecimentos são transformados em fatos que passam a compor a memória nacional, na condição de marcos fundadores... Os sentidos impressos em toda sua estrutura didática fazem dele portador de um sistema de valores, de cultura e de representações, que articulados à narrativa histórica colaboram na composição da consciência e da memória coletiva de uma sociedade. ”
(CALDAS, 2005:10-12)

Há, portanto, uma preocupação com a forma que a História vem sendo ensinada, uma vez que o livro didático pode ser compreendido como um “lugar de memória”. Nas décadas de 20 e 30 a educação era voltada para a elite, pois havia a defesa de que era “dever da elite orientar as massas”. Os currículos obedeciam a um “discurso dominante histórico a fim de formar uma consciência histórica orientada pelo governo” (ABUD, 2007:109). A década de 60 ainda seguia esse modelo imposto pelas décadas anteriores onde prevalecia a intervenção do Estado no currículo de História. A proposta do projeto

HNdB, na década de 1960, foi pioneira justamente por questionar e buscar uma reformulação deste ensino.

Bibliografia:

AUTORES, VÁRIOS. *História Nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, v.1. 1965.

AUTORES, VÁRIOS. *História Nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, v.4.1965.

ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: Ensino de história na era Vargas. *A Revista Brasileira de História*, vol. 18, n° 36, São Paulo, 1998

ABUD, Kátia Maria. História nossa de cada dia: Saber escolar e saber acadêmico em sala de aula. Ana Maria Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello e Marcelo de Souza Magalhães. (orgs). In: Ensino de *História: Sujeitos saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FABERJ, 2007. p. 107-117.

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001 .p.28-41.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____.Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001 .p.11-27.

_____.Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001 .p.69-90.

CALDAS, KARINA RIBEIRO MENDONÇA. *Nação, memória e história: A formação da tradição nos manuais escolares*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2005.

COSTA PINTO, João Alberto da. A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.) Nélson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. P.343-357.

LOURENÇO, Elaine. *História Nova do Brasil: revisitando uma polemica*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, n56, p.385-406. 2008.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *Werneck Sodré, História Nova: Contribuição pioneira ao ensino de História no Brasil*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.) Nélson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. P.327-342.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. *A participação de Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (org.) Nélson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. P.245-262.

OLIVEIRA, Lúcia Lipi. A redescoberta do Brasil nos anos 1950 :entre o projeto político e o rigor acadêmico. Angélica Madeira e Mariza Veloso. (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2001. p. 139-161.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001 .p. 128-148.

SODRÉ, Nélson Werneck. *História da História Nova*. Rio de Janeiro: VOZES, 1986.

_____. História e materialismo histórico no Brasil. São Paulo: Global, 1985.

_____. *História do ISEB*. São Paulo: Grijalbo, 1977.